



III SRCCC
Seminário Regional
Comércio, Consumo e Cultura
nas cidades
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de **2017**

O ENSINO SUPERIOR EM TERESINA-PI: ESTADO, MERCADO E ESPAÇO URBANO

Luís Carlos Batista Rodrigues¹

Antonio Cardoso Façanha²

RESUMO

O recente processo de modernização do território brasileiro e de seus subespaços se dá a partir da renovação do seu aparato técnico e científico. Nesse processo, o ensino superior configura-se como um elemento essencial, mas, como os demais “elementos modernos”, distribui-se de maneira seletiva no território. A cidade de Teresina-PI também passa por esse processo de modernização que, embora tardia, apresenta esses elementos, dentre eles as instituições de ensino superior (IES), que se distribuem na cidade de acordo com motivações específicas. No caso das instituições privadas, que são a maioria, observa-se a nítida lógica mercadológica na sua dinâmica. Este trabalho tem por objetivo, portanto, compreender a dinâmica das IES no espaço urbano teresinense, evidenciando a ação do Estado e dos agentes privados, bem como a relação entre ambos. Para atender a tal proposta utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de pesquisa de campo, com observação, aplicação de entrevistas com representantes das IES e de questionários com estudantes, buscando evidenciar os agentes presentes no processo de expansão do ensino superior em Teresina, bem como os processos por eles promovidos e/ou estimulados.

Palavras-chave: Instituições de ensino superior. Estado. Mercado. Teresina-PI.

1. Introdução

A cidade de Teresina, objeto de estudo deste trabalho, tem sua origem ligada ao desenvolvimento das funções urbanas de administração pública, comercial e de prestação de serviços, e o crescimento recente dessa cidade está fortemente ligado a essas atividades. Em um estado que teve sua origem profundamente relacionada às atividades primárias, Teresina surge como importante

¹ Mestre em Geografia (UFPI) e professor de Geografia nas redes públicas municipal e estadual em Teresina-PI. E-mail: luisbatista21@outlook.com

² Doutor em Geografia (UFPE), professor associado do curso de Geografia da UFPI e docente do programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI). E-mail: facanha@ufpi.edu.br

centro que seria responsável por dinamizar as atividades terciárias no Piauí, pois sua criação foi motivada por uma necessidade de facilitação da administração pública e das relações comerciais com outros estados.

Desde então, Teresina vem ampliando sua atuação nas atividades terciárias, à medida que se consolida como centro de referência no comércio e na prestação de serviços. Atualmente esta cidade se caracteriza como principal centro do Estado no que se refere à oferta de serviços em diferentes setores, o que, entre outros aspectos, favoreceu seu grande crescimento urbano nas últimas décadas.

Nesse contexto, na capital piauiense ganha especial destaque o setor de educação, especialmente de nível superior, que caracteriza esta cidade como centro polarizador de longo alcance, uma vez que atualmente apresenta um grande número de instituições de ensino superior, doravante referenciadas como IES, que oferecem uma grande quantidade e variedade de cursos. Este é um dado que chama a atenção para buscar a compreensão do espaço urbano teresinense a partir das IES e da dinâmica que promovem e/ou estimulam.

Este trabalho visa, assim, compreender a dinâmica das IES no espaço urbano teresinense, evidenciando a ação do Estado e dos agentes privados, bem como a relação entre ambos. Para atender a tal proposta, evidenciam-se os agentes presentes no processo de expansão do ensino superior em Teresina, bem como os processos por eles promovidos e/ou estimulados.

Este trabalho parte de pesquisa em fontes bibliográficas e documentais acerca da temática em questão, bem como de pesquisa empírica junto a IES públicas e privadas em Teresina. Foram aplicadas entrevistas com representantes de IES públicas e privadas e questionários com estudantes dessas instituições. Utilizou-se ainda a técnica da observação, buscando apreender a dinâmicas geradas por essas instituições.

2. As instituições de ensino superior e o território brasileiro

O ensino superior é um elemento presente no território brasileiro há pouco mais de dois séculos, e tem sua trajetória histórica marcada por períodos de maior ou menor expansão e, principalmente, por uma distribuição espacial que segue uma lógica seletiva. A desigualdade da densidade técnica que caracteriza o Brasil é seguida e aprofundada pela distribuição das IES, que distribuíram seguindo uma estrutura preestabelecida.

É a partir da segunda metade do século XX que a geografia do ensino superior se desenha com maior nitidez, quando o número de IES no Brasil cresce com grande rapidez, seguindo o processo de modernização do país, e também impulsionados pelos incentivos dados ao ensino superior privado. Porém, esse processo de expansão sofreu uma ruptura na década de 1980, fruto do conturbado contexto político e econômico daquele período, mas que seria superado na década seguinte.

Nos anos de 1990, o ensino superior no Brasil tomou novo fôlego, impulsionado pelas possibilidades legais trazidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. É nítido nesse período, em diversos setores, a política de caráter neoliberal, e o ensino superior vai experienciar também essa influência, com um novo momento de grande expansão das IES privadas. A liberdade de oferecer ensino superior garantida à iniciativa privada pela Lei 9.394/96 e a inserção das IES privadas no Sistema Federal de Ensino (BRASIL, 1996) mostra como o Estado contribuiu para a expansão e consolidação da educação privada no Brasil.

A década de 1990 é um período marcado pela intensificação da modernização do país, através de intensas mudanças estruturais, sobretudo no plano político e econômico. Nesse contexto, a técnica, a ciência e a informação são elementos cada vez mais intrínsecos no território, constituindo uma tecnosfera voltada para a lógica econômica global, através das políticas de cunho neoliberal implementadas nesse período. Sobre esse momento, Nascimento Júnior (2006, p. 146) coloca que

A realização de produções fundadas na racionalidade técnica-científica nos permite, em tese, indicar os fatores que vem estimulando o aumento de Instituições de Ensino Superior (IES) e cursos superiores nas diferentes regiões brasileiras. Assim, à medida que o conhecimento científico se torna elemento intrínseco à operacionalização da produção local/regional, a dinâmica educacional passa a se caracterizar numa importante variável para o entendimento e o acompanhamento das transformações em curso em nosso país.

Mas além das mudanças na racionalidade técnica do território brasileiro, convém pensar também na lógica financeira das IES privadas. As IES não são somente elementos estruturadores das condições técnico-científicas do território, que favorece e impulsiona as atividades produtivas modernas, apesar de esta ser reconhecidamente sua grande contribuição. Convém pensar essas instituições como *locus* da (re)produção de capital, especialmente no caso das IES privadas, onde é nítido o caráter mercadológico que guia seu funcionamento.

Nesse sentido, concorda-se com Amorim (2010, p. 188), quando este afirma que

A qualificação da força de trabalho, a produção científica, a necessidade de adaptação produtiva ao novo modelo econômico e a exploração desse novo “mercado” educacional, impulsionam o crescimento do número de IES no país. Outro aspecto relevante é a possibilidade de obter lucro, através da exploração desse mercado, uma vez que, nos últimos anos, o número de vagas em tais instituições cresceu assustadoramente, nas instituições privadas, especialmente nas de caráter empresarial. (Grifos do autor).

A dinâmica das IES, nessa perspectiva, abre também a necessidade de pensá-las no sentido da sua localização no espaço, pois “a localização das demandas educacionais por maior qualificação

da força de trabalho é condicionada pela desigual constituição técnica do território nacional e pelo modo de desenvolvimento das relações sociais de produção presentes em cada subespaço” (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p. 152).

Segundo Nascimento Junior (2006), a localização das IES resulta de diferentes estratégias e finalidades do Estado e do mercado, na gestão e no uso do território. No caso do Estado, há um direcionamento das suas ações no sentido de prover as necessidades sociais e o desenvolvimento territorial, enquanto a iniciativa privada age em função da (re)produção e acumulação de capital de forma ampliada, e da reprodução do sistema econômico. Essas são, em geral, as duas forças que atuam nos arranjos territoriais das IES.

Ainda no que se refere à atuação das IES privadas no território, Amorim (2010, p. 178) considera que

Os aspectos relacionados aos interesses de mercado, o qual incorpora novos espaços na expansão das faculdades e universidades privadas, não condizem com a necessária e até desejada formação intelectual da população brasileira. As análises dos dados do crescimento do ensino superior no país confirmam que a oferta de vagas pelo sistema acontece nos lugares onde já existe concentração de instituições superiores, não avançando, ou crescendo lentamente, nos lugares onde se verifica demanda.

Na década de 1990, ocorreu uma série de mudanças na área social e investimentos e reformulações na educação, especialmente na educação básica. Sobre esses investimentos e reformulações, Durhan (2005, p. 223) destaca que

houve uma transformação do sistema de financiamento do ensino fundamental que incentivou o acesso, a permanência e o sucesso escolar no nível fundamental, o qual praticamente se universalizou neste período; implantou-se uma reforma curricular tanto do nível fundamental como do médio; modernizou-se todo o sistema de estatísticas educacionais, que se tornou muito eficiente; o sistema de avaliação do desempenho escolar foi aperfeiçoado; ampliaram-se os programas de capacitação docente. Oito anos de continuidade administrativa permitiram uma mudança consistente em todo sistema. Como consequência disto ocorreu, no final do período, um explosivo aumento das matrículas no ensino médio, decorrentes do aumento de egressos do ensino fundamental que se iniciara na década anterior.

Esse aumento do número de estudantes no ensino médio logo representou uma grande quantidade de potenciais universitários, requerendo uma necessária ampliação do número de vagas nas IES públicas, ao mesmo tempo em que se torna um negócio em ascensão para os investidores no ensino superior privado, que viram crescer o número de potenciais “clientes”, para empregar o termo utilizado por Bertolin (2009) quando se refere aos estudantes das IES privadas.

Esse aumento crescente de matrículas no ensino superior privado chama a atenção para o setor como um negócio em franca expansão. Surgem inúmeras IES privadas no Brasil, que tem um mercado de ensino superior cada vez mais competitivo, embora com uma ampliação crescente. São inúmeras as instituições que começam a atuar em escala regional e nacional, incorporando pequenas IES ou sediando unidades em subespaços periféricos e abrindo espaços de atuação cada vez mais amplos. Essa é uma realidade que se traduz atualmente em um mercado competitivo, com grandes instituições de caráter empresarial assumindo a liderança do setor. Sobre essa questão, Calderón (2000, p 67) comenta que “o “mercado de oferta” exige que as *top-universidades*, além de profissionalizar as propagandas publicitárias, estejam atentas às novas demandas do mercado, oferecendo novos produtos e aprimorando aqueles que já oferecem” (grifos do autor).

Nos últimos anos, o serviço de educação superior tem sido estimulado ainda por programas do Governo Federal que visam ampliar o acesso ao ensino superior, tanto em instituições públicas quanto em IES privadas. As iniciativas do poder público através desses programas vêm estimulando a manutenção da relação entre público e privado, que há muito caracteriza o ensino superior no Brasil.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado pelo Governo Federal em 2004 e regulamentado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo por finalidade a ampliação do acesso ao ensino superior através da concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em IES privadas. As instituições que aderem ao programa recebem como contrapartida isenção de tributos, proporcional ao número de alunos beneficiados e ao percentual abatido das mensalidades (BRASIL, 2005).

Outro importante programa que contribui para a expansão do ensino superior no Brasil a partir da parceria público-privada é o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do Ministério da Educação, que é destinado a financiar o curso de graduação de estudantes matriculados em IES privadas. Esse programa é regulamentado pela Lei 12.513 de 2011, e atualmente o financiamento é feito através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2011).

Outro projeto federal que contribui para um maior acesso ao ensino superior é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Uma das ações desse programa foi promover a expansão da rede de universidades e institutos federais em todo o Brasil a partir de 2003, com a interiorização dessas instituições (BRASIL, 2007).

De acordo com o Ministério da Educação, com essa expansão das universidades federais, o número de municípios brasileiros atendidos por essas IES passou de 114, em 2003, para 237, em 2011. Nesse período foram criadas 14 novas universidades federais, mas além dessas, foram criados mais de 100 novos campi, que possibilitaram a ampliação do número de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Essa densidade maior de IES no Brasil faz parte do meio técnico-científico-informacional que passa a compor o território, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, pois, como asseguram Santos e Silveira (2000, p. 55), “com o domínio da técnica e da ciência, a ampliação dos consumos, o papel da informação e da organização e o poder das finanças criaram a necessidade desses saberes científicos, técnicos, informacionais, no território como um todo, mas com marcantes especializações nos lugares”. Mas essas instituições, como mencionado anteriormente, não se espalham de maneira homogênea pelo território, embora haja, por parte do poder público, um movimento de interiorização das universidades federais.

Essas diferenciações no território brasileiro do ponto de vista das IES são discutidas por Amorim (2010), que afirma que esse novo meio geográfico que se desenha nas últimas décadas do século XX se manifesta de forma densa em uma porção contínua do território brasileiro que inclui as regiões Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste. Enquanto nessa porção do território há uma densificação de objetos e ações, há uma escassez e rarefação em outros lugares. Ainda para este autor, nas regiões periféricas do território há densificações nos entornos das capitais dos Estados, conectados pelos sistemas técnicos à chamada *Região Concentrada*.

O caráter mercadológico é cada vez mais visível no ensino superior brasileiro, com as instituições privadas investindo em *marketing* e em outros mecanismos com vistas a vencer a concorrência. A esse respeito Bertolin (2009) salienta que a educação superior vai progressivamente perdendo sua característica de bem público e assumindo a condição de serviço comercial e, conseqüentemente, os mecanismos de mercado assumem um papel relevante no contexto dessa atividade.

É importante assinalar que as IES, assim como outros empreendimentos de prestação de serviços, provocam mudanças no espaço onde se inserem de acordo com seu potencial de movimentação de recursos, bens, inovação e pessoas. Na sua discussão sobre o impacto das universidades públicas em cidades pequenas e médias, Baumgartner (2015, p. 98), considera que

As universidades, além do impacto econômico direto (investimentos, pagamento de salários, compra de mercadorias), ajudam a melhorar a imagem da cidade perante as demais, atraindo empresas e/ou atividades vinculadas a congressos e feiras [...]. As universidades e seus estudantes/professores mudam a “atmosfera” da cidade, além de disponibilizar várias de suas infraestruturas e facilidades, tais como auditórios para realização de encontros e convenções, ou para eventos culturais.

Dessa forma, as universidades acarretam considerável impacto nas cidades, sobretudo nas de médio e pequeno porte, através dos investimentos que representa, no capital que injetam na economia local e nos empreendimentos que estimulam. Em uma escala maior, essa influência espacial

também vai acontecer, conforme as proporções do investimento e a dimensão e dinâmica do núcleo urbano.

De acordo com Nascimento Júnior (2006), o impacto da instalação de IES está relacionado ao desenvolvimento da produção, uma vez que forma profissionais aptos a atuar em funções específicas. Além disso, a IES também constitui um fator de atração de atividades modernas, à medida que dota o território, *a priori*, de todo o aporte educacional e tecnológico especializado. Este autor considera ainda que essas instituições têm o papel de consolidar ou impulsionar as atividades já existentes no território.

Assim, deve-se considerar a força dessas instituições no atual momento da dinâmica urbana marcada pela economia dos serviços. A força dessas atividades não está restrita apenas à sua dimensão jurídica, pois acaba estimulando uma série de outras atividades no seu entorno, pois sua incorporação ao território, além de ampliar as possibilidades locais de participação dos processos produtivos, também repercute diretamente na composição da economia local, dinamizando o comércio, o setor imobiliário, dentre outras atividades (NASCIMENTO JUNIOR, 2006).

É necessário, então, compreender a atual dinâmica do espaço urbano também a partir das IES, uma vez que a recente modernização do território tornou essas instituições tão necessárias, à medida que elas também representam, no caso das IES privadas, empresas desse contexto de terciarização da economia. O resultado disso se dá no espaço a partir da dinâmica desse setor, que será discutida na próxima seção, com base na pesquisa empírica realizada em Teresina.

3. Ensino superior em Teresina: Estado, agentes privados e espaço urbano

O ensino superior em Teresina se desenvolveu tardiamente, com o primeiro estabelecimento isolado inaugurado no início da década de 1930, passando ainda muito tempo com uma oferta de educação superior restrita e incipiente. Apesar de Teresina ser considerada um centro de atração regional no que se refere aos serviços de educação, como apontado no trabalho de Abreu (1983), a capital inaugura sua primeira IES em 1931, a Faculdade de Direito do Piauí, momento em que os estados vizinhos já possuíam IES com bastante respaldo, para onde migravam os estudantes piauienses que podiam buscar formação superior em outras unidades da Federação.

A criação da Faculdade de Direito em Teresina é responsável pela significativa diminuição do número de estudantes que migravam para outros estados, sobretudo para Pernambuco, que passaram a realizar seus estudos superiores em Teresina, ao mesmo tempo em que esse evento marca o deslocamento de várias pessoas do interior do Piauí para a capital.

A posterior fundação das faculdades de Filosofia (1957), de Odontologia (1960) e de Medicina (1967) representou uma alavancada no papel centralizador de Teresina no que se refere à

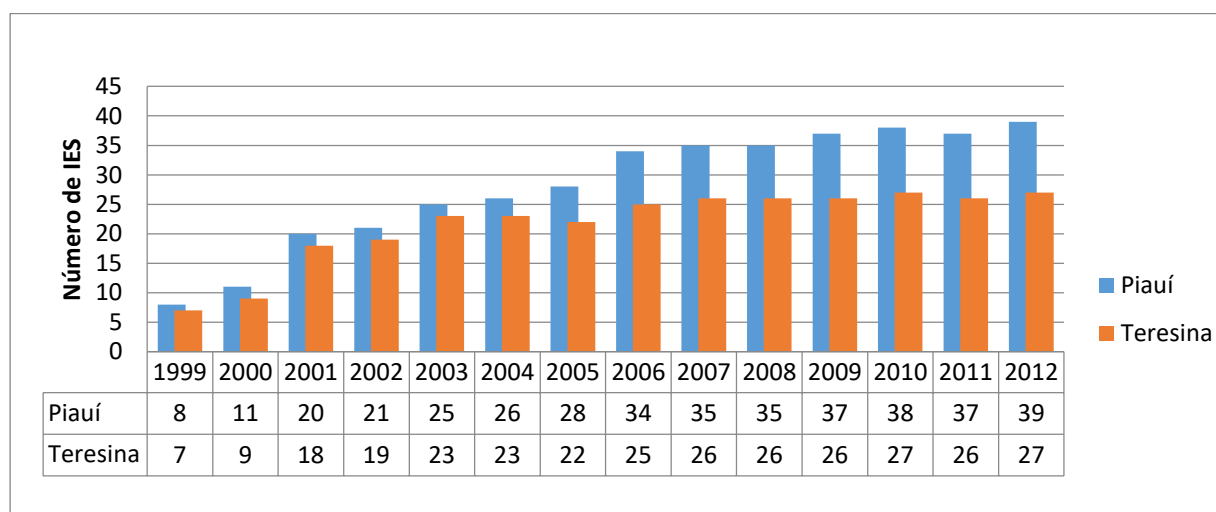
educação superior. Esta e outras dinâmicas representaram mudanças no espaço urbano teresinense, pois, como afirma Façanha (1998), a capital a partir da década de 1950 passa por um processo de “construção”, fruto de um reordenamento produtivo do estado, resultante da conjuntura nacional marcada modelo do desenvolvimento industrial.

Este é um contexto de renovação das bases materiais do território, onde o ensino superior é um elemento fundamental. De acordo com Santos e Silveira (2000), a transformação das bases materiais do território, graças ao acréscimo da ciência e da técnica traz a exigência das novas qualificações profissionais, e é nesse sentido que as IES em Teresina configuram um elemento essencial, pois são, ao mesmo tempo, fator e resultado do processo de inovação.

No entanto, até o final do século XX, o ensino superior em Teresina se consolidou de forma lenta no que se refere ao número de IES. Nesse interim, houve a fundação da Universidade Federal do Piauí (1968) e da Universidade Estadual do Piauí (1984), ambas públicas, enquanto a iniciativa privada atuava de maneira bastante incipiente. Porém, as prerrogativas legais que facilitaram a expansão de IES privadas no Brasil já haviam preparado o terreno aonde iria, em pouco tempo, florescer um número cada vez maior dessas instituições, com o incentivo dos programas de universalização do acesso ao ensino superior, implementados no início dos anos 2000.

No contexto nacional, houve uma tendência do aumento do quantitativo de IES, sobretudo a partir do ano 2000, e o Piauí também acompanhou essa tendência, registrando um rápido crescimento do número de IES. Mas é preciso registrar que esse crescimento da oferta de ensino superior não se distribuiu de maneira homogênea no território, ao contrário, essas instituições reforçaram a centralidade de Teresina no contexto piauiense. O gráfico 1, a seguir, demonstra esse processo de expansão das IES no Piauí e em Teresina nos últimos anos:

Gráfico 1: Evolução das IES no Piauí e em Teresina (1999-2012)



Fonte: MEC/Inep.

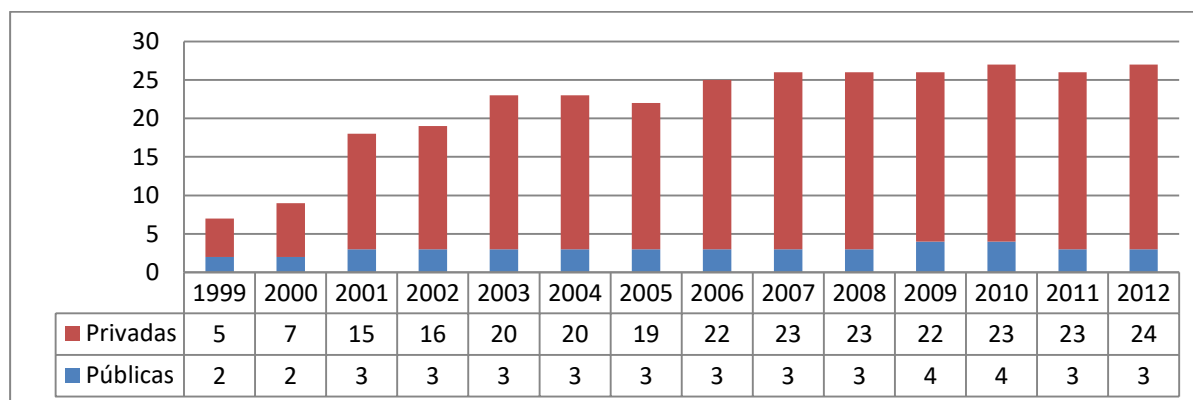
É possível analisar, a partir do aumento do número de IES no Piauí, que, no início do século XXI, esse Estado, apesar de ainda se manter numa condição periférica em vários aspectos, apresenta um processo de modernização do seu território a partir dessas instituições, das inovações que promovem e dos serviços que oferecem, bem como das dinâmicas que estimulam.

Mas essa modernização do território a partir das IES discutida por Santos e Silveira (2000), Nascimento Júnior (2006) e Amorim (2010) revela a lógica produtiva desse setor no âmbito da economia de mercado, que seleciona os melhores espaços, dotados das infraestruturas necessárias e principalmente de demanda pelos serviços oferecidos pelos agentes do setor. É necessário compreender essas mudanças no âmbito do meio técnico-científico-informacional, que, segundo Santos (2012), está profundamente associado aos processos produtivos. Portanto, os serviços se distribuem no espaço de forma seletiva, e é baseado nesse aspecto que Amorim (2010) pensa numa geografia das desigualdades do ensino superior para o território brasileiro.

Por esta razão, os serviços de educação superior se distribuem de maneira desigual e combinada no território brasileiro, premissa que serve também para compreender esse setor na escala do território piauiense, pois como se observa no gráfico 1, o aumento do número de IES no Piauí significa a consolidação do papel de Teresina na oferta desse serviço. Além disso, as cidades do interior do Estado que sediam essas instituições são aquelas que também apresentam dinâmica relevante na economia piauiense, como Parnaíba, Picos e Floriano.

As IES tem um papel importante na definição das práticas territoriais urbanas. Um caminho importante para compreender essa questão está relacionado à força da iniciativa privada atuante no setor, bem como as formas de associação desses agentes com o poder público. Assim como em todo o Brasil, o crescimento acelerado do número de IES a partir dos anos 2000 em Teresina se dá com a participação maciça da iniciativa privada. O gráfico a seguir permite visualizar a participação do poder público e da iniciativa privada nesse processo de expansão das IES nos últimos anos nesta cidade:

Gráfico 2: IES públicas e privadas em Teresina



Fonte: Inep.

Pode-se afirmar, então, que o crescimento das instituições de ensino superior em Teresina, nos últimos anos, é praticamente um crescimento das IES privadas, que aumentaram em quase 400%, enquanto as IES públicas só cresceram 50%. E o mais importante, que esse aumento das IES públicas não é gerado pelo surgimento de uma nova instituição, mas sim pelo fato de o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (antiga Escola Técnica Federal do Piauí), passar a ofertar ensino superior, em nível de graduação plena e tecnológica.

A grande participação em termos de número de instituições é realmente da iniciativa privada, que adentra com muita força nesse setor, principalmente aquelas de caráter empresarial, com fins lucrativos. Essas instituições são regidas pela lógica econômica no que se refere a sua localização, em consonância com o que explica Nascimento Junior (2006) produzindo uma nova dinâmica no território.

Nesse contexto, um ponto importante que precisa de atenção é a entrada de grandes grupos empresariais do setor de ensino superior em Teresina, a partir da incorporação de estruturas preexistentes, antes pertencentes ao capital local. Nos últimos anos, a dinâmica do ensino superior em Teresina tem sido alavancada pela ação marcante desses grupos, que atuam em escala nacional e internacional.

A chegada a Teresina de grupos educacionais de ampla atuação se inicia com a abertura da Associação de Ensino Superior do Piauí (AESPI) no início dos anos 1990, pertencente ao capital da Universidade Paulista (UNIP). Esse grupo ampliou sua atuação nesta cidade a atualmente comanda outras IES: Faculdade do Piauí (FAPI), Faculdade de Administração de Teresina (FAT), Faculdade Piauiense de Processamento de Dados (FPPD) e o Instituto de Ensino Superior de Teresina (IEST). Em 2004 houve a chegada em Teresina de outro forte grupo de atuação nacional, Faculdade Maurício de Nassau, que adquiriu a Faculdade Piauiense (FAP).

Mais recentemente chegaram a Teresina outros grandes grupos empresariais. Em 2013, a Faculdade Integral Diferencial (FACID) foi comprada pelo grupo educacional Devry Brasil, que faz parte de Devry Inc., um provedor global de educação fundado nos Estados Unidos há mais de 80 anos (CIDADEVERDE.COM, 2016). Já o Centro de Ensino Unificado de Teresina (Faculdade CEUT) foi comprado, em 2014, pelo grupo Estácio Participações, que, com essa aquisição, passa a estar presente em todos os Estados da Federação e no Distrito federal, somando 85 unidades de ensino presencial (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016).

Essa inserção do mercado de ensino superior de Teresina como *locus* de atuação de uma empresa de capital internacional evidencia o que se pode chamar de globalização do ensino superior. Esse processo, tomando por base o que apregoam Santos e Silveira (2008), se utiliza das bases locais para inserir seu significado com base nas novas ações características do novo tempo. É nesse sentido

que, ainda segundo os autores, as disparidades socioespaciais tornam-se mais proeminentes, seguindo os novos e amplos dinamismos e outras formas de comando e dominação.

Figura 1: Faculdade em Teresina incorporada por grupo nacional



Fonte: Rodrigues, 2016.

Figura 2: Faculdade incorporada por grupo educacional internacional



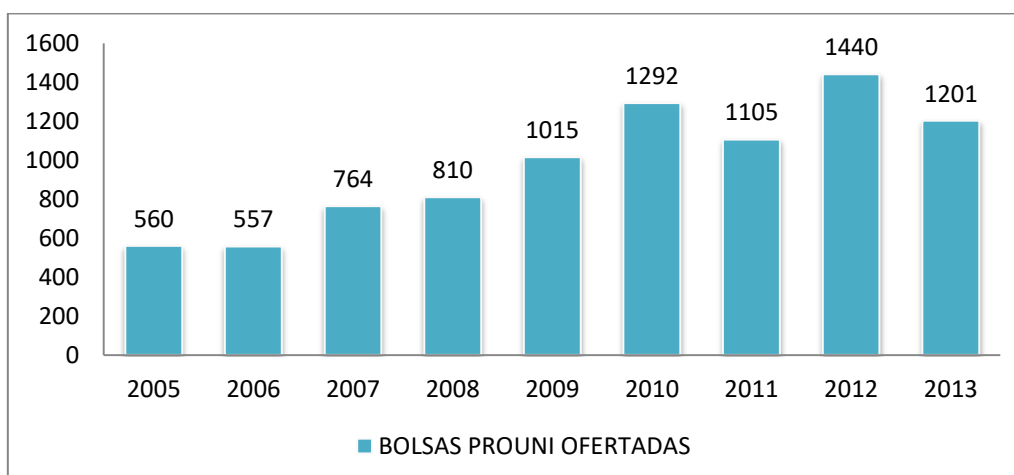
Fonte: Rodrigues, 2015.

A atuação desses grupos na cidade é marcada pelo grande poder financeiro que define suas práticas. É notável a envergadura desses investimentos na quantidade de cursos e de estudantes, que vão se refletir em transformações nos subespaços onde se inserem. Pode-se ter uma ideia do poder desses empreendimentos através dos meios de comunicação, vastamente utilizados para divulgação dos seus serviços. O portal *O povo*, em 16/06/2015, divulgou uma “notícia” onde convocava estudantes para “a oportunidade de estudar em uma instituição de ensino superior de alta qualidade e padrão acadêmico internacional” (O POVO, 2015). Já uma “notícia” divulgada no *Portal AZ* faz uma chamada para o vestibular de outra IES, segundo o referido meio eletrônico, “uma das maiores e mais respeitadas organizações educacionais do Brasil [...], contando com 470 mil alunos matriculados e uma estrutura de cinco mil colaboradores e nove mil professores” (PORTAL AZ, 2015).

Então a mídia, como poderoso instrumento dos tempos atuais, tem um papel fundamental no crescimento e manutenção dos negócios das grandes corporações, que usa o *marketing* para impulsionar o consumo dos seus produtos e serviços. No que se refere a esse aspecto das IES privadas, é pertinente lembrar o que Calderón (2000) fala sobre as manobras concorrenciais das grandes instituições de ensino superior privadas, que se apoiam nas propagandas publicitárias para ampliar seu espaço no mercado de ensino superior.

Nesse processo de expansão do ensino superior privado em Teresina, a exemplo do que acontece em todo o Brasil, é imprescindível considerar o incentivo dado pelos programas do Governo Federal de concessões de bolsas e financiamentos estudantis, com o propósito de universalizar o acesso ao ensino superior. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de concessões de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) em Teresina:

Gráfico 3: Bolsas ProUni – Teresina

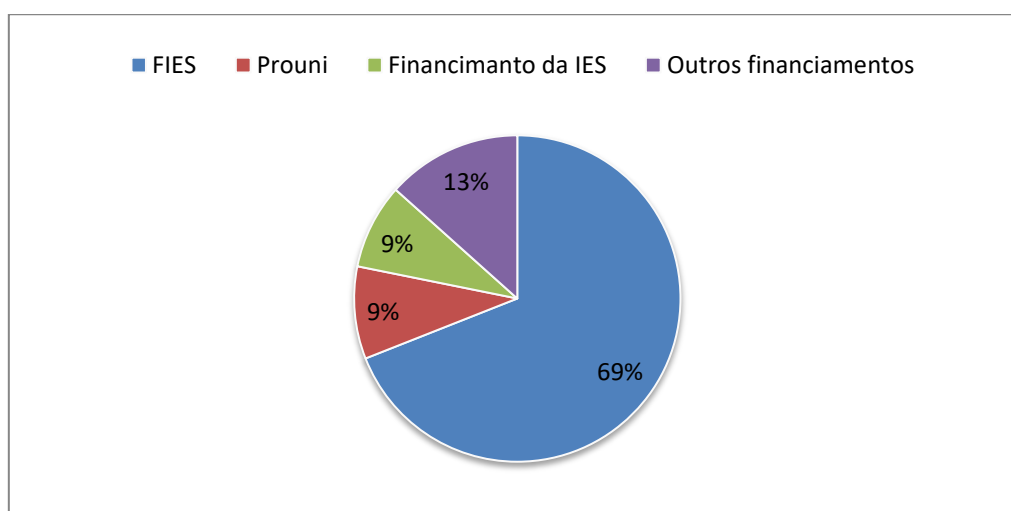


Fonte: Sisprouni, 2015.

Essas concessões de bolsas mantêm uma taxa crescente até 2010, quando também começa a variar negativamente. Mesmo assim, são consideráveis os números de bolsas ofertadas, o que ajuda a evidenciar o impulso dado pelo poder público ao ensino superior privado, que tem sido a marca do Brasil, sobretudo a partir da década de 1990.

Não foi possível conseguir junto ao órgão responsável informações quantitativas sobre as bolsas Fies concedidas em IES em Teresina, nem as instituições pesquisadas concederam essa informação. Porém, em questionário aplicado junto aos estudantes das referidas IES, obteve-se que 38,8% são beneficiários de alguma bolsa ou financiamento estudantil. O gráfico 4 discrimina a proporção de estudantes beneficiados pelos respectivos financiamentos ou bolsas:

Gráfico 4: Proporções de estudantes com bolsa ou financiamento estudantil



Fonte: Rodrigues, 2016.

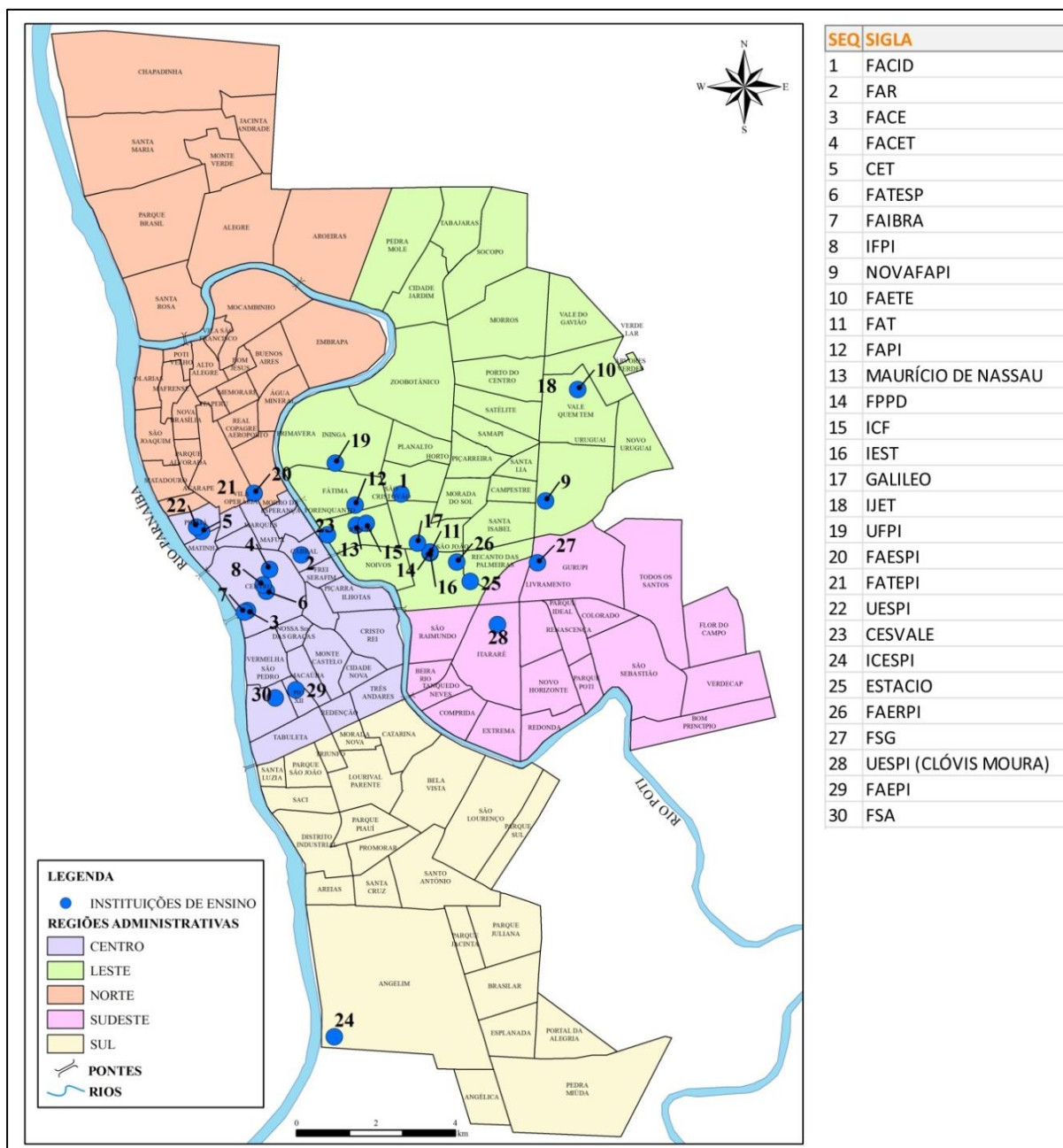
Nota-se a considerável parcela de estudantes que contam com os programas de ingresso e permanência no ensino superior privado, o que representa quase 40% dos alunos das IES pesquisadas. Dentre esses alunos, a grande maioria (69%) tem seu curso financiado pelo Fies, e 9% pelo Prouni, que são programas do Governo Federal. Nota-se ainda que as IES vêm investindo em financiamento próprio, como aponta a pesquisa (9%), e ainda há as instituições financeiras que atuam no setor, somando 13% dos financiamentos entre os pesquisados.

Os financiamentos ofertados pela própria IES ou através de outras fontes privadas são sintomáticos do caráter empresarial dessas empresas e do poder financeiro que elas detêm. Um aspecto que demarca a atuação dos grandes grupos educacionais em Teresina é o poder financeiro para realização de financiamento estudantil com capital próprio, ou de buscar parcerias com instituições financeiras capazes de fazê-lo. Essas manobras características das instituições de caráter

empresarial revelam alternativas tomadas para ampliar os negócios, oferecendo um conjunto de vantagens, para atrair um número maior de estudantes/clientes.

Quanto à questão do espaço urbano de Teresina e a sua relação com a localização das IES, é importante perceber a maneira como elas estão distribuídas, para, depois, discutir alguns aspectos importantes dessa dinâmica. A figura 3 mostra a localização das IES na cidade de Teresina:

Figura 3: Localização das IES em Teresina



Fonte: Rodrigues, 2016.

Nota-se, a partir da figura 3, que as IES estão localizadas predominantemente na zona Leste da cidade, que tem sua ocupação relacionada à segregação de alto *status* (ABREU, 1983) e se caracteriza atualmente por uma dinâmica econômica aquecida, relacionada ao comércio varejista, bares, restaurantes e casas noturnas, e a atividades empresarias e de prestação de serviços especializados, sobretudo de saúde. Então a zona Leste é reconhecidamente uma porção da cidade que possui significativa valorização frente às outras zonas, pelo seu histórico de ocupação residencial pela população de alto poder aquisitivo nas décadas de 1970 e 1980, e mais recentemente, com o uso comercial seletivo, destinado a suprir as necessidades da população de maior poder aquisitivo (FAÇANHA, 1998).

Podem-se considerar essas tendências condizentes com o pensamento de Durhan (2005) acerca do viés mercadológico das IES privadas, que agem como empresas pensando em todos os aspectos que impactam no bom funcionamento do negócio. Então, o pensamento de Nascimento Júnior (2006) sobre as demandas educacionais condicionadas pela densidade técnica do território pode também se adequar à cidade, onde as técnicas também são seletivas e privilegiam determinadas áreas em detrimento de outras, fazendo com que os serviços de ensino superior se organizem também de maneira seletiva no território urbano, de acordo com as dinâmicas preexistentes e outras que estão sendo estabelecidas.

Usamos também a lógica da localização das atividades produtivas na cidade para analisar a considerável concentração de IES privadas no centro de Teresina, pois o centro é uma área de dinâmica comercial e de prestação de serviços consolidada, o que justifica ainda uma atração para determinados setores das atividades produtivas. Mas dentre as IES privadas, não são as maiores que ali se instalam, e sim aquelas de menor porte e voltadas para atender predominantemente um setor específico da população, predominantemente aquela que trabalha no comércio central durante o dia e que cursam o ensino superior a noite. Nota-se aqui também a lógica de mercado guiando a localização das IES no espaço urbano, a partir das atividades preestabelecidas nesse subespaço.

A concentração seletiva da oferta de vagas pelas IES é uma realidade em todo o país. Especialmente no âmbito das instituições privadas, sua expansão não persegue as necessidades de formação da população, e sim motivações econômicas, o que revela seu caráter mercadológico, que se aproveita das infraestruturas já disponíveis. Esse é um aspecto relevante na discussão de Carlos (2013) sobre as desigualdades presentes na cidade promovidas e mantidas através da propriedade privada. Mesmo as IES públicas alimentam desigualdades de acesso ao serviço que oferecem se forem observados seus efeitos de exteriorização (HARVEY, 1980) no contexto onde se inserem.

Outro aspecto relevante dessa discussão, é o fato de as IES estimularem outros empreendimentos, como destaque para o setor imobiliário que tem se expandido muito no entorno

dessas instituições, aproveitando o fluxo de estudantes para áreas onde estão localizadas. Em Teresina, esses estudantes representam um aumento significativo na demanda por moradias provisórias, aspecto discutido por Baumgartner (2015), que é também percebido nitidamente nesta cidade, tanto no entorno das universidades públicas quanto das IES privadas, como se pode perceber na figura 04:

Figura 04: Apartamentos próximos a universidade pública (A) e quitinetes próximas a IES privada (B) em Teresina.



Fonte: Rodrigues, 2016.

A atuação dos agentes promotores de serviços de ensino superior, tanto públicos quanto privados, são definidores de territorialidades no espaço urbano. As IES públicas de Teresina, pelo seu caráter social e pela dimensão acadêmica que possuem, bem como pelo seu histórico, têm hoje uma dimensão marcante na cidade. O campus Ministro Petrônio Portela (UFPI) estimulou a ocupação e valorização da zona Leste, com bairros profundamente atrelada à sua dinâmica, por conta dos serviços que oferece (ensino superior, biblioteca comunitária, hospital universitário, hospital veterinário) ou dá suporte (serviços bancários, serviços de fotocópia), pelo comércio que estimula e dá suporte dentro do campus ou no entorno (livrarias, lanchonetes, restaurantes), dentre outros fatores. O campus universitário é tido ainda como referência privilegiada, tanto para estudantes quanto para professores ou funcionários, fato que se traduz na forte dinâmica imobiliária do seu entorno e dos elevados preços de venda ou aluguel dos imóveis.

No caso da UESPI (Campus Poeta Torquato Neto), há também esse impacto marcante na organização do território. Apesar de não ter as dimensões físicas do campus da UFPI, a UESPI também possui dimensão acadêmica e amplo alcance espacial na cidade. Ao contrário do que aconteceu com a UFPI, a UESPI foi instalada em uma área já urbanizada, mas modificou de forma

decisiva o bairro Pirajá. O entorno do prédio da instituição atualmente é caracterizado pela presença de grande número de moradias provisórias destinadas a estudantes, bem como de atividades comerciais e de prestação de serviços relacionadas à rotina acadêmica.

No que diz respeito às IES privadas, suas práticas territoriais são marcadas pela competitividade, pois são empresas que atuam no mesmo segmento e, portanto, disputam os mesmos “clientes”. Então a territorialização desses grupos leva em consideração as possíveis formas de atração de estudantes, seja pela localização, pela facilidade de acesso ou por outros fatores que possam impactar positivamente suas atividades.

O que Carlos (2013) argumenta sobre o jogo de poder entre agentes do mercado capitalista urbano é possível de se vislumbrar em Teresina no que tange as IES privadas, uma vez que a lógica das grandes instituições privadas têm se desenhado a partir da busca por estudantes (clientes), oferecendo atrativos diversos, como fatores locacionais, oferta de estrutura moderna, “serviço de excelência”, de facilidades no pagamento de mensalidades, dentre outros. Enquanto isso, as IES de menor poder econômico tentam se manter no mercado explorando outras áreas da cidade e oferecendo, na medida das suas possibilidades, algumas vantagens.

4. Conclusão

A pesquisa revelou que Teresina apresenta um setor de serviços de ensino superior dinâmico e com representatividade na escala regional. Esse trabalho permite a afirmação de Teresina como centro de atração para os serviços de educação superior, pois, no que se refere a esse serviço, a cidade sedia uma quantidade considerável de instituições, que oferecem diversos cursos. Tal realidade atrai muitos estudantes tanto para as IES públicas quanto privadas, o que também é um resultado da modernização do território e das novas exigências postas, principalmente pelo mercado de trabalho, bem como do crescente número de egressos da educação básica.

Um ponto de destaque é a distribuição das IES em Teresina, que, no caso das instituições públicas, tendem a obedecer a uma lógica de desenvolvimento social, mas no caso das instituições privadas há um nítido direcionamento guiado pelo mercado. No caso das IES privadas em Teresina, verificou-se que a alocação de parte delas tem relação com certas intencionalidades, sejam elas relativas a infraestruturas já dispostas no território, ou correlatas a mecanismos de atração de estudantes.

A partir da pesquisa pode-se afirmar que as IES em Teresina revelam o forte amalgama entre Estado e mercado, uma vez que, a exemplo do que ocorre em todo o território brasileiro, a grande expansão dessas instituições caracteriza-se pela presença maciça da iniciativa privada, que vem se fortalecendo no setor com o impulso do poder público.

Houve um crescimento forte da iniciativa privada no ensino superior em Teresina nas duas últimas décadas, marcado pela presença de grandes instituições nacionais e internacionais, que se firmam nesta cidade lançando mão de fortes investimentos e gerando impacto significativo no mercado de ensino superior teresinense, com grande potencial de atração de estudantes, através de vantagens econômicas (descontos, financiamento próprio, etc), de estrutura física moderna, do uso da mídia ou de outros artifícios.

Além disso, a atual dinâmica do ensino superior em Teresina permite considerar uma perspectiva de intensificação das atividades produtivas na cidade e na sua região, pois o ensino superior se desenvolve de acordo com as necessidades produtivas vigentes, e as IES são o lócus de difusão do conhecimento, ideias e de profissionais qualificados e de novas possibilidades de organização do território. Além disso, as instituições privadas, pela sua própria definição, já reproduzem capital.

Referências

ABREU, Irlane Goncalves de. O crescimento da zona leste de Teresina: um caso de segregação? Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências da UFRJ. Rio de Janeiro, 1983.

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. 2010. 335f. Tese (Doutorado) – Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo, 2010.

BERTOLIN, Júlio Cesar G. A Mercantilização da educação superior: uma trajetória do bem público ao serviço comercial. In: **Educação e realidade**, v. 39, n. 3, p. 191-211, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011.

CALDERON, Adolfo Ignácio. **Universidades mercantis**: a institucionalização do mercado universitário em questão. São Paulo em Perspectiva (Impresso), v. 14, p. 61 -72, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

CIDADEVERDE.COM. **PI**: Faculdade Facid e vendida para o grupo educacional Devry Brasil. Disponível em: < <http://cidadeverde.com/noticias/133098/pi-faculdade-facid-e-vendida-para-o-grupo-educacionaldevry-brasilveja>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

DURHAN, Eunice Ribeiro. **Educação superior**: publica e privada. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (Org.). Os desafios da Educação no Brasil. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005.

EPOCA NEGOCIOS. **Estácio compra faculdade em Teresina por R\$ 33 milhões**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/11/estacio-compra-faculdade-em-teresinapor-r-33-milhoes.html>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

FACANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina**: agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998, 129f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Correa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

NASCIMENTO JUNIOR. Francisco das Chagas do. **O fenômeno de expansão das instituições de ensino superior e o território brasileiro**. In: Geografia, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

O POVO. **Grupo educacional Devry Brasil oferece 4,7 mil vagas no ProUni**. Disponível em: <<http://empregosecarreiras.opovo.com.br/universidades/noticias/2015/06/145,5083701/grupo-educacional-devry-brasil-oferece-4-7-mil-vagas-no-prouni.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 7 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.